



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE TRABALHO

REQUERIMENTO Nº_____, DE 2023
(do Sr. Túlio Gadêlha)

Requer a realização, pela Comissão de Trabalho (CTRAB), de reuniões com a Ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, com o Ministro do Trabalho e Emprego e com o Ministro da Casa Civil, a respeito da realização de concurso para a carreira de Auditor-Fiscal do Trabalho.

Senhor Presidente,

Requeiro, com fundamento no artigo 32, inciso XVIII, alínea “c”, a formação de uma delegação formada por membros deste Colegiado para reunir-se com Suas Excelências a Ministra de Estado da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Sra. Esther Dweck, o Ministro do Trabalho e Emprego, Sr. Luiz Marinho e o Ministro da Casa Civil, Sr. Rui Costa.

A pauta da reunião será a necessidade urgente de realização de concurso público para reposição dos quadros de Auditor-Fiscal do Trabalho e de renovação de equipamentos da Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT), ambos muito defasados frente às necessidades de fiscalização.

A delegação será composta por membros da Comissão de Trabalho e de outras comissões que possuam alinhamento temático com a matéria, após discussão e votação de requerimentos congêneres em reuniões deliberativas, nos termos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.





CÂMARA DOS DEPUTADOS COMISSÃO DE TRABALHO

Apresentação: 28/04/2023 17:40:55.383 - CTRAB

REQ n.22/2023

JUSTIFICATIVA

Desde a implantação da Comissão de Trabalho-CTRAB na atual legislatura, temas de grande relevância foram discutidos em suas reuniões plenárias. No contexto de relações de trabalho marcadas pelos efeitos nocivos causados pela malfadada reforma trabalhista que, dentre outras coisas, retirou poder de negociação coletiva dos trabalhadores; de aumento da uberização e a informalidade; da falta de garantia aos direitos individuais e sociais básicos da classe trabalhadora; e de casos de resgate de milhares trabalhadores sujeitos à condições análogas à escravidão, ganhou destaque a importância da fiscalização estatal, realizada em grande medida pelos auditores fiscais do trabalho e a urgência em reaparelhar a categoria.

Muitas proposições foram aprovadas pela Comissão de Trabalho para debater e propor encaminhamentos que provoquem o Poder Público para tomada de medidas contra aos inúmeros problemas que afetam as relações de trabalho atualmente:

- REQUERIMENTOS Nº 6 e 8/2023 - do Sr. Túlio Gadêlha e Srº Erika Kokay- que "requer a realização de audiência pública na Comissão Trabalho para tratar da regulamentação das atividades dos trabalhadores de aplicativos"
- REQUERIMENTO Nº 9/2023 - do Sr. Rogério Correia e outros - que "Requer a realização de Seminário para debater os impactos da reforma trabalhista nas relações de trabalho e sindicais"
- REQUERIMENTO Nº 15/2023 - do Sr. Reimont - (REQ 5/2023) - que "requer o aditamento do Requerimento nº 5/2023 – CTRAB para realização de Seminário para debater as políticas de combate ao trabalho escravo no Brasil"

Os temas dessas proposições que resultam de relações marcadas pela falta de equidade entre o trabalho e o capital, ainda mais desequilibrada pela falta de atuação estatal, comprometida pelo deliberado sucateamento promovido pelo governo anterior, exige a atuação imediata desta comissão de trabalho junto do governo federal e ministérios competentes, para construir





CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE TRABALHO

medidas que estimulem a reestruturação da categoria dos auditores-fiscais do trabalho, em especial, medidas urgentes para realização de concurso público.

Em realizada audiência pública por esta CTRAB com o título "impactos da terceirização 9lei 13.429/2017), decorrente do requerimento 4/2023 do Deputado Bohn Gass, a questão dos auditores foi bastante abordado. Foram feitas 18 referências sobre o papel dos auditores fiscais do trabalho e o relevante papel desenvolvido por essa essa categoria, apesar do reduzido número de servidores para fazer frente aos demasiados desafios enfrentados.¹

Igualmente no dia 29/3/2023 foi realizada Audiência Pública no âmbito da Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial a respeito dos recentes casos de denúncia de trabalho análogo ao escravo nos estados de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul.

A Mesa do evento foi composta por Suas Excelências o Procurador-Geral do Trabalho, José de Lima Pereira, e o Procurador do Trabalho e Vice-Coordenador Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo no MPT, Italvar Medina. Estiveram presentes no evento diversos parlamentares engajados com o tema, assim como o Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho, Bob Everson Carvalho Machado, representante do SINAIT e organizações da sociedade civil.

Foi consensual entre parlamentares, autoridades e especialistas o diagnóstico de déficit nos quadros de Auditores-Fiscais do Trabalho em atividade e decidiu-se, como um dos encaminhamentos da Audiência, o agendamento de reuniões com autoridades do Executivo Federal sobre a necessidade urgente de realização de concursos públicos para aquela carreira.

As atribuições dos Auditores-Fiscais do Trabalho (AFT), servidores do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, são fiscalizar o cumprimento da legislação trabalhista em áreas urbanas e rurais, incluindo a área de Segurança e Saúde do Trabalho (SST), combater o trabalho escravo, o trabalho infantil e todas as formas de discriminação.

O último concurso para a carreira foi no ano de 2013, para somente 100 vagas. Segundo dados do SINAIT, do total de 3.644 cargos de AFTs, há





CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE TRABALHO

somente 1.959 servidores na ativa, o que significa que 46,5% dos cargos existentes estão vagos.

O Radar do Trabalho Escravo da Secretaria de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho em Emprego compila informações acerca do total de trabalhadores encontrados em condições análogas às de escravo ano a ano, em todo o país. A comparação entre o crescente desafio de combate ao trabalho escravo no Brasil, desde as metrópoles aos mais distantes rincões, e o número decrescente de AFTs ilustra de forma inequívoca a necessidade de recomposição dos quadros da carreira.

Ano	Estabelecimentos fiscalizados	Número de trabalhadores em condição análoga a de escravo
2017	249	648
2018	253	1752
2019	281	1131
2020	277	936
2021	206	1959
2022	257	2575

Certo de contar com a anuência de meus pares sobre a importância do pleito, submeto o presente Requerimento ao colegiado da CTRAB, destacando a importância da participação de membros de outras comissões, dada a relevância do tema.

Sala das Comissões, ____ de ____ de 2023.



Túlio Gadêlha
Deputado Federal – REDE/PE
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Túlio Gadêlha
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD236322583400>

